



Ministério da Educação  
Instituto Federal do Paraná  
Auditoria Interna



RAINT 2015  
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

RAINT 2015 – Versão Definitiva

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1. INSTITUIÇÃO .....	4
1.1.1. ALUNOS .....	5
1.1.2. CURSOS.....	6
2. DO ÓRGÃO DE CONTROLE – AUDITORIA.....	7
2.1. OBJETIVO GERAL DA AUDITORIA.....	7
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA AUDITORIA .....	7
2.3. RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS .....	9
3. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA REALIZADAS PELA ENTIDADE.....	10
3.1. RELATÓRIOS DE AUDITORIA.....	10
3.2. NOTAS DE AUDITORIA .....	12
3.3. PARECER DE AUDITORIA.....	13
3.4. ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADE DE AUDITORIA PAINT/16.....	14
3.5. DESPACHOS.....	15
4. REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO DE RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES EFETUADAS PELA CGU E TCU .....	18
4.1. ATUAÇÃO DO TCU – OFÍCIOS RECEBIDOS.....	18
4.2. ATUAÇÃO DA CGU – SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA RECEBIDAS ..	19
4.3. ATUAÇÃO DA CGU – NOTAS DE AUDITORIA RECEBIDAS .....	21



4.4.	ATUAÇÃO DA CGU – OFÍCIOS RECEBIDOS.....	22
4.5.	TRABALHOS PREVISTOS NO PAINT 2015 .....	25
4.6.	TRABALHOS CONCLUÍDOS.....	37
4.6.1.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	37
4.6.2.	DIREÇÃO DA EAD.....	38
4.6.3.	EXECUÇÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA.....	39
4.6.4.	BOLSAS DE PESQUISA E EXTENSÃO .....	39
4.6.5.	CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS.....	40
4.6.6.	CONTRATOS.....	41
4.6.7.	SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	41
4.7.	TRABALHOS EM ANDAMENTO .....	42
4.7.1.	BENS MÓVEIS .....	42
4.8.	TRABALHOS PENDENTES DE CONCLUSÃO.....	43
5.	FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA .....	44
6.	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA.....	47
7.	CONCLUSÃO.....	49
8.	ANEXOS.....	50
9.	ENCAMINHAMENTOS .....	51

## 1. INTRODUÇÃO

Este relatório foi elaborado conforme determina a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015 da Controladoria Geral da União (CGU), e tem como objetivo apresentar as atividades de Auditoria Interna no IFPR, realizadas em função do Plano Anual de Atividades de Auditoria de 2015. Nas próximas seções apresentaremos aspectos referentes a instituição e em seguida trataremos dos detalhes referentes a atuação da Auditoria Interna.

### 1.1. INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma instituição pública federal de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). É voltada a educação superior, básica e profissional, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

A instituição foi criada em dezembro de 2008 através da Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Com a Lei em vigor, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) foi transformada no IFPR, que hoje possui autonomia administrativa e pedagógica.

Atualmente, a instituição atende aproximadamente 18 mil estudantes nos cursos de modalidade presencial e à distância.

O IFPR é uma instituição federal de ensino com atuação em diversos municípios do Paraná. E está presente nas seguintes cidades <sup>1</sup>:

1. Assis Chateaubriand
2. Campo Largo
3. Capanema

---

<sup>1</sup> De acordo com a Resolução 02/2015 de 06 de fevereiro de 2015 – CONSUP/IFPR



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



Ministério da Educação  
Instituto Federal do Paraná

4. Cascavel
5. Colombo
6. Curitiba
7. Foz do Iguaçu
8. Irati
9. Ivaiporã
10. Jacarezinho
11. Jaguariaíva
12. Londrina
13. Palmas
14. Paranaguá
15. Paranaíba
16. Pinhais
17. Pitanga
18. Telêmaco Borba
19. Umuarama
20. União da Vitória
21. Astorga
22. Barracão
23. Coronel Vivida
24. Lapa
25. Quedas do Iguaçu

### 1.1.1. ALUNOS

Dados de 2015 apontam que o IFPR possui:

- ✓ 11.281<sup>2</sup> - alunos na modalidade presencial

---

<sup>2</sup> Fonte: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) – Dados fornecidos pela Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN/IFPR) – 10/08/2015



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ

✓ 6.685<sup>3</sup> - alunos que cursam na modalidade EAD

✓ 17.966 - Total de alunos (presencial e EAD)



Ministério da Educação  
Instituto Federal do Paraná

### 1.1.2. CURSOS

Em 2015, o Instituto Federal do Paraná ofereceu à sociedade<sup>4</sup>:

- ✓ 1.452 – vagas em cursos técnicos subsequente;
- ✓ 1.916 – vagas em cursos técnicos integrado ao ensino médio;
- ✓ 40 – vagas em cursos técnicos concomitantes;
- ✓ 80 – vagas em cursos (PROEJA<sup>5</sup>- FIC);
- ✓ 720 – vagas em cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) ;
- ✓ 310 – vagas em cursos superiores de bacharelado;
- ✓ 600 – vagas em cursos superiores de licenciatura;
- ✓ 400 – vagas em cursos superiores de Tecnologia;
- ✓ 40 – vagas em cursos de pós-graduação lato sensu;

---

<sup>3</sup> Fonte: EaD.

<sup>4</sup> Fonte: Gestão Info Indicadores (22/09/2015) e PROENS (Pró-reitoria de Ensino).

<sup>5</sup> Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e adultos

## **2. DO ÓRGÃO DE CONTROLE – AUDITORIA**

Segundo o Estatuto do Instituto Federal do Paraná, a Auditoria Interna, órgão independente de supervisão, acompanhamento e avaliação dos procedimentos administrativos, terá pleno acesso às informações constantes nos sistemas, processos ou documentos da Instituição, como unidade de controle responsável por fortalecer e agregar valor à gestão, por meio da contínua fiscalização dos atos da entidade, para que estes estejam de acordo com os princípios da legalidade e da transparência. Compete à Auditoria Interna intermediar a relação entre o Instituto Federal do Paraná e os Órgãos do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

### **2.1. OBJETIVO GERAL DA AUDITORIA**

O objetivo geral da auditoria é avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de examinar o gerenciamento de riscos, visando auxiliar à administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos.

### **2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA AUDITORIA**

Os seus objetivos específicos estão destacados a seguir:

- ✓ Analisar a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição, objetivando a eficiência, eficácia e efetividade;



- ✓ Avaliar a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- ✓ Assessorar a alta administração e demais membros do corpo gerencial quanto à execução da receita e da despesa, visando à aplicação regular e à utilização adequada de recursos e bens disponíveis, bem como à eficiência de suas atribuições;
- ✓ Emitir aos órgãos responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e programação financeira informações oportunas que permitam aperfeiçoar suas atividades;
- ✓ Acompanhar o fiel cumprimento das leis, normas, regulamentos, instruções normativas, estatutos, regimentos e resoluções dos conselhos e órgãos de deliberação;
- ✓ Propiciar a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição;
- ✓ Avaliar a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição;
- ✓ Emitir orientações, de natureza administrativa, contábil e operacional quanto à aplicação das leis, normas e decisões do Tribunal de Contas da União e da Secretaria Federal de Controle;
- ✓ Emitir opinião sobre matérias de natureza administrativa, contábil e operacional;
- ✓ Prevenir o cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes;
- ✓ Propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo e operacional, sobre os resultados e efeitos atingidos;
- ✓ Salvar os ativos financeiros e físicos quanto à sua boa e regular utilização e assegurar a legitimidade do passivo;
- ✓ Contribuir com a implementação de programas, projetos, atividades, sistemas e operações, visando à eficiência, eficácia e economicidade dos recursos.

### 2.3. RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

Equipe de Trabalho:

- 03 (três) Auditores, sendo 02 com formação em Ciências Econômicas e 01 com formação em Direito;

Cumpramos informar dois pontos a saber: primeiro, que possuímos em nosso quadro da auditoria 02 (dois) auditores com formação em Direito em exercício em outra unidade do IFPR e 01 (uma) auditora com formação em Direito exercendo cooperação técnica junto ao Instituto Federal de Santa Catarina; em segundo, que houve concurso em andamento para o provimento de duas vagas de auditores. Sendo que ambas as vagas foram preenchidas, no entanto, um dos auditores chamados foi exonerado a pedido. Ressaltamos que já solicitamos junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas a reposição do servidor. Além das 02 (duas) vagas do concurso mencionadas e parcialmente supridas, existem mais quatro códigos de vagas de Auditores disponíveis, perfazendo um total de 05 (cinco) vagas passíveis de utilização.

### 3. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA REALIZADAS PELA ENTIDADE

Neste tópico abordaremos de forma analítica os trabalhos realizados pela auditoria interna no ano de 2015 através dos quadros abaixo. Os documentos emitidos em sua integralidade constam no anexo deste RAIMT (em CD).

#### 3.1. RELATÓRIOS DE AUDITORIA

Em 2015 a Auditoria Interna no IFPR fez importantes trabalhos objetivando avaliação dos controles internos em funcionamento no IFPR. Abaixo seguem eles:

Nº do Relatório	Unidades /Setores Auditados	Escopo Examinado	Cronograma Executado	Recursos Humanos e Materiais Utilizados
01/2015	PROEPI	Bolsas de Pesquisa e Extensão	02/01 a 23/07	2 Servidores e software
02/2015	Campus Cascavel	Controles administrativos e atividades fins	09/02 a 03/08	2 servidores, 1 veículo oficial e software
03/2015	Reitoria	Indicadores de desempenho	10/02 a 16/07	1 servidor e software
04/2015	Campus Paranavaí	Controles administrativos e atividades fins	11/02 a 17/09	2 servidores, 1 veículo oficial e software
05/2015	Pró-reitorias e campus	Criação de Cursos	04/03 a 14/09	1 servidor e software
06/2015	Paranaguá	Controles administrativos e	09/03 a 22/07	2 servidores, 1 carro oficial e software



		atividades fins		
07/2015	PROAD	Diárias e Passagens	26/05 a 06/07	1 servidor e software
08/2015 <sup>6</sup>	Campus Umuarama	Flexibilização da jornada	20/05 a 14/06	1 servidor e software
09/2015	PROAD	Fiscalização de contratos (AGBR)	08/06 a 24/06	1 servidor, software
10/2015 <sup>7</sup>	PROGEPE	Relatório de Demandas Externas	03/07 a 25/07	1 servidor e software
11/2015	PROAD/DTIC/ Campus Curitiba	Contratos	26/07 a 23/11	3 servidores e software
12/2015	EAD	Almoxarifado, patrimônio, bolsas e arrecadação própria	17/07 a 24/11	1 servidor e software
13/2015	Campus Curitiba	Suprimento de Fundos	23/12 a 10/01	1 servidor e software
14/2015	PROAD/ Campus	Execução orçamentária e financeira	16/07 a 26/08	1 servidor e software
15/2015	PROAD/ Campus	Bens Móveis	16/12 <sup>8</sup>	1 servidor e software
16/2015	Campus Palmas	Pronatec e Ofício nº 215 e 298.15 do MPF	04/08 a 14/08	1 servidor e software

<sup>6</sup> O item 08/2015 não gerou relatório, uma breve análise em relação ao campus Umuarama que foi alvo de denúncia à ouvidoria do TCU, relativo a flexibilização da jornada de trabalho foi feita. No entanto, em setembro de 2015, a Portaria 1703/2015 suspendeu a flexibilização dos técnicos no IFPR. Tal suspensão fez com que a auditoria na flexibilização da jornada de trabalho deixasse de ser prioridade e se estabelecesse a normalidade em Umuarama

<sup>7</sup> O item 10/2015 não gerou relatório, uma vez que o objetivo de tal auditoria já seria motivo de PAD que estava sendo movido pela CGU conforme consta no CD anexo, item 10, junto aos relatórios de Auditoria.

<sup>8</sup> Auditoria pendente de conclusão. Previsão para término: primeiro trimestre de 2016.

### 3.2. NOTAS DE AUDITORIA

<b>Nota de Auditoria</b>		
<b>Data de Emissão</b>	<b>Nº da Nota de Auditoria</b>	<b>Assunto da Nota de Auditoria</b>
15/09	01/2015 - AUDIN/IFPR - DTIC	Item 4.2 (PAINT 2015) - Contratos - Regularização de prazo contratual (empresa SIG Software).
16/09	02/2015 - AUDIN/IFPR - PROAD	Item 4.2 (PAINT 2015) - Contratos - Retenção de ISS/INSS (empresa Halifax)



### 3.3. PARECER DE AUDITORIA



#### PARECER DA AUDITORIA INTERNA DO IFPR SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2014

##### I. INTRODUÇÃO

O presente parecer está sendo apresentado em atendimento ao art. 15, § 6º do Decreto 3.591/2000, bem como em atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição da República, e de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n. 63/2010, da Decisão Normativa TCU n. 127/2013, da Portaria TCU n. 175/2013 e das orientações da Controladoria Geral da União.

Este documento, dentre outros aspectos, visa também informar acerca do item 9.3 da Portaria TCU 175/2013, que solicitava as seguintes informações:

- 9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, demonstrando, pelo menos:
- a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;
  - b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;
  - c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;
  - d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;
  - e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;
  - f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;
  - g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Por estas razões, apresentamos o parecer abaixo sobre os itens mencionados.

##### II. DA MANIFESTAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

###### **a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:**

#### IV. CONCLUSÃO

Feitas estas considerações, entendemos que o Relatório de Gestão do IFPR, referente ao exercício de 2014, na opinião da Auditoria Interna, atende de forma suficiente os requisitos dispostos no art. 70 da Constituição da República, e foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n. 63/2010, da decisão Normativa TCU n. 127/2013, da Portaria TCU n. 175/2013 e das orientações da Controladoria Geral da União.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2015.



Marcos Felipe Bolzon

Chefe da Auditoria Interna  
Instituto Federal do Paraná

### 3.4. ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADE DE AUDITORIA PAINT/16

Em conformidade com o que estabelece a Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015), a Auditoria Interna elaborou o PAINT do exercício 2016. Documento este, que foi submetido à apreciação da CGU e do Conselho Superior do IFPR, obtendo aprovação e será, portanto, o referencial para as ações de auditoria interna no ano de 2016.

### 3.5. DESPACHOS

A Auditoria Interna diversas vezes foi acionada para se manifestar sobre diversos assuntos. Além de e-mails, memorandos, foram utilizados como meios, os despachos para que Audin emitisse opinião a respeito dos processos analisados. Além dos despachos referentes à dispensa de licitação, assunto comum na administração pública, a Audin foi muito acionada em assuntos “excepcionais”, como por exemplo, o pagamento retroativo de bolsas EAD (bolsa e-Tec) e RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências).

No total foram 51 despachos emitidos pela auditoria interna no exercício de 2015.

Segue a relação:

Nº	Data	ASSUNTO <sup>9</sup>	PROCESSO Nº
01	05/01	Solicita Pagamento de Bolsa EAD	23411.002096/2014-18
02	08/01	Pregão nº 39/14 – Hardware não padronizados	23411.002247/2014-38 (vol.I,II e III)
03	08/01	Pregão nº 40/14 – Softwares não padronizados	23411.002246/2014-82
04	30/01	Pagamento Bolsas EAD	23411.004081/2014-94
05	30/01	Solicita pagto por retenção de serviços educacionais e-Tec EAD	23411.002515/2014-11
06	30/01	Solicita pagto por prestação serviços EAD	23411.004982/2014-86
07	30/01	Pagto bolsa EAD	23411.002831/2014-10
08	30/01	Pagto bolsa EAD	23411.002412/2014-51
09	30/01	Pgto bolsa EAD	23411.001677/2014-32
10	30/01	Pgto bolsa EAD	23411.001402/2014-07
11	30/01	Pgto bolsa EAD	23411.001436/2014-82
12	30/01	Pgto bolsa EAD	23411.003496/2014-41
13	30/01	Pgto bolsa EAD	23411.002632/2014-85
14	30/01	Pgto Bolsa EAD	23411.004979/2014-62
15	02/02	Pgto bolsa EAD	23411.001502/2014-25

<sup>9</sup> Em virtude do RAINTE ser um documento público, na tabela em questão omitimos o nome dos interessados do processo referente a demandas por pagamentos a servidores ou bolsistas



16	02/02	Pgto bolsa EAD	23411.002743/2014-91
17	02/02	Pgto bolsa EAD	23411.002076/2014-47
18	02/02	Análise de processos de dispensa de licitação	23399.000464/2013-18
19	05/02	Pgto serviços retroativos EAD	23411.004960/2014-97
20	05/02	Pgto serviços retroativos EAD	23411.001678/2014-87
21	25/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23405.000328/2013-00
22	25/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23405.000344/2013-94
23	25/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23405.000327/2013-57
24	25/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23405.000330/2013-71
25	25/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23405.000459/2013-89
26	25/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23405.000448/2013-34
27	26/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23405.000440/2013-32
28	26/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23405.000333/2013-12
29	26/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23405.000386/2013-25
30	26/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23399.000496/2013-13
31	26/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23399.000542/2013-84
32	26/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23399.000676/2013-03
33	26/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23399.000617/2013-27
34	26/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23399.000631/2013-21
35	26/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23399.000471/2013-10
36	26/02	Análise dos processos de dispensa de	23399.000620/2013-41



		licitação	
37	26/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23399.000603/2013-11
38	26/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23399.000635/2013-17
39	26/02	Análise dos processos de dispensa de licitação	23399.000591/2013-17
40	02/03	Solicitação de pagto de serviços retroativos	23411.002214/2014-98
41	04/03	Análise dos processos de dispensa de licitação	23399.000530/2013-50
42	13/03	Pagto bolsa EAD	23411.001624/2014-11
43	13/03	Pagto bolsa EAD	23411.001967/2014-86
44	18/03	Pagamento de serviços retroativos	23411.004978/2014-18
45	31/03	Requerimento referente a incentivo a qualificação	23397.000218/2015-48
46	13/04	Suprimento de Fundos – Assis Chateaubriand	23412.000472/2014-20
47	16/04	Solicita pagamento por prestação de serviços a cursos técnicos e tecnólogos em EAD	23411.002214/2014-98
48	17/04	Pagto bolsa EAD	23411.000039/2015-85
49	29/04	Solicita pagamento por produção de material didático na pós graduação EAD	23411.005907/2014-32
50	22/10	RSC – Pagamento Exercícios Anteriores	23411.003059/2015-16
51	22/10	RSC – Pagamento Exercícios Anteriores	23411004068/2015-16

#### **4. REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO DE RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES EFETUADAS PELA CGU E TCU**

A seguir abordaremos o trabalho de acompanhamento feito ao longo do ano das demandas do TCU e da CGU referente ao IFPR.

##### **4.1. ATUAÇÃO DO TCU – OFÍCIOS RECEBIDOS**

Data do Recebimento	Nº do Ofício	Data da Resposta	Nº do Ofício de Resposta	Assunto do Ofício
30/06/2015	Ofício de Requisição	06/07/2016	Resposta foi encaminhada em formulário eletrônico	Acórdão 506/2013 - TCU - Plenário: Requisição de informações - Monitoramento/Operacional
13/08/2015	Ofício nº 538 TCU/SECEX - PR	11/09/2015	Ofício 161.GAB	Termos de Parceria

## 4.2. ATUAÇÃO DA CGU – SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA RECEBIDAS

Data do Recebimento	Nº da Solicitação de Auditoria	Assunto da Solicitação de Auditoria	Prazo de Resposta	Foi solicitado Prorrogação?	Data do novo pedido de prazo	Data da Resposta	Nº do Ofício de Resposta	Data da Complementação da Resposta	Nº do Ofício da Complementação
02/04/2015	201406951/001	Inventário	15/04/2015	NÃO	---	14/04/2015	OF.Nº 068/2015	NÃO	NÃO
28/05/2015	201500290/003	Informações organizacionais, operacionais e financeiras	22/06/2015	NÃO	---	24/06/2015	OF.Nº 116/2015	NÃO	NÃO
18/05/2015	201500290/001	Informações Gerenciais das obras de construção/reforma/ampliação dos Campi	22/05/2015	SIM	29/05/2015	14/08/2015	OF.Nº 143/2015	NÃO	NÃO
18/05/2015	201500290/002	Contratos vigentes com a empresa Habitual Higienização Ltda	22/05/2015	SIM	29/05/2015	21/08/2015	OF.Nº 147/2015	NÃO	NÃO
08/06/2015	201500290/004	Concurso público para contratação de docentes	12/06/2015	NÃO	---	05/06/2015	OF.Nº 110/2015	NÃO	NÃO



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



Ministério da Educação  
Instituto Federal do Paraná

18/08/2015	201500290/005	EAD (INFORMAÇÃO SOBRE CURSOS, LIVROS)	31/08/2015	SIM	15/09/2015	15/09/2015	OF.Nº 167/2015	NÃO	NÃO
18/08/2015	201500290/006	Estúdio de Gravação (EAD)	31/08/2015	SIM	15/09/2015	15/09/2015	OF.Nº 166/2015	NÃO	NÃO
18/08/2015	201500290/007	Dimensionamento dos Bolsistas	31/08/2015	SIM	15/09/2015	15/09/2015	OF.Nº 165/2015	NÃO	NÃO
28/08/2015	201500290/008	Informações Obras	03/09/2015	SIM	11/09/2015	11/09/2015	OF.Nº 159/2015	NÃO	NÃO
15/09/2015	201411668/001	PAINT 2014-RAINT 2014	22/09/2015	NÃO	---	21/09/2015	OF.Nº 171/2015	NÃO	NÃO
27/11/2015	201500290/009	Processos Licitatórios	04/12/2015	NÃO	04/12/2015	07/12/2015	OF.Nº 230/2015	NÃO	NÃO



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ



Ministério da Educação  
Instituto Federal do Paraná

#### 4.3. ATUAÇÃO DA CGU – NOTAS DE AUDITORIA RECEBIDAS

Nº	Data do Recebimento	Nº da Nota de Auditoria	Assunto da Solicitação de Auditoria	Prazo de Atendimento	Foi solicitado Prorrogação? Se sim, nº ofício e data do pedido	Data do novo pedido de prazo	Data do Envio da Resposta	Nº do Ofício de Resposta
1	01/09/2015	201500290-001	Gestão de Contratos - Obras	18/09/2015	Sim, solicitada via e-mail: 28/09/2015	15/10/2015	21/10/2015	OF. Nº 187.15/GR
2	22/12/2015	201500290-002	Gestão de Patrimônio da União - Veículos Oficiais	Imediato	--	--	05/01/2016	Sim. Ofício 01/2016 GR

#### 4.4. ATUAÇÃO DA CGU – OFÍCIOS RECEBIDOS

Data do Recebimento	Nº do Ofício	Data da Resposta	Nº do Ofício de Resposta	Assunto do Ofício
24/12/2014	OFÍCIO Nº 33910/2014/CGU-PARANÁ/CGU-PR	06/01/2015	001.2015 - GAB.Reitoria	Encaminhamento do Relatório Preliminar de Auditoria Nº 201412039 - Trilhas de Pessoal
03/12/2014	OFÍCIO Nº 31870/2014 CGU-REGIONAL/PR-CGU-PR	26/03/2015	050.2015 - GAB.Reitoria	Acompanhamento das recomendações emitidas pela CGU até DEZ/13
29/04/2015	OFÍCIO Nº 8496/2015/CGU-R/PR	04/05/2015	Resposta encaminhada via e-mail (Conforme orientação do Ofício)	Levantamento de informações sobre a área correcional
05/05/2015	OFÍCIO Nº 9334/2015/CSAE/CORAS/CRG/CGU-PR	27/05/2015	095.2015 - GAB.Reitoria	Apuração de irregularidade-pagamento de aulas não ministradas - PRONATEC
28/05/2015	OFÍCIO Nº 12316/2015/CGU-PARANÁ/CGU-PR	03/06/2015	103.2015 GAB.Reitoria	Encaminhamentos do Relatório Preliminar de Auditoria Nº 201406951 - Gerência e administração exercida por docente submetido ao



				regime de dedicação exclusiva
01/06/2015	OFÍCIO Nº 10998/2015/CGU-PARANÁ/CGU-PR	12/06/2015	108.2015 GAB.Reitoria	Encaminhamento do Informativo nº 00217.001360/2012-35
24/06/2015	OFÍCIO CIRCULAR Nº 165/2015/CGU-REGIONAL-PARANÁ/CGU-PR	24/06/2015	117.2015 GAB.Reitoria	Identificação das ouvidorias dos órgãos públicos federais representados no Paraná
22/04/2015	OFÍCIO Nº 8594/ DSEDU II/DS/SFC/CGU-PR	24/04/2015	Resposta encaminhada via e-mail	Denúncia para apuração
15/06/2015	OFÍCIO Nº 13851/2015/CGU-PARANÁ/CGU-PR	01/07/2015	121.2015 GAB.Reitoria	Encaminhamento do Relatório Preliminar de Auditoria Nº 201500290 - Análise das recomendações emitidas pela CGU referentes ao IFPR
09/07/2015	OFÍCIO 15364/2015/ DSEDU II/DS/SFC/CGU-PR	09/07/2015	Não foi enviada resposta formal	OBS: o ofício em questão tratava do mesmo assunto do ofício nº 10998/2015/CGU-PARANÁ/CGU-PR, que de informativo foi convertido em relatório de demandas especiais. Esclarecimentos a respeito do assunto



				estão sendo feitos via sistema monitor.
14/10/2015	OFÍCIO Nº 23571/2015/CGU- PARANÁ/CGU-PR	21/10/2015	188.2015 GAB.Reitoria	Encaminhamento do Relatório Preliminar de Auditoria Nº 201411668 - Atuação da Auditoria Interna em 2014
19/10/2015	OFÍCIO CIRCULAR Nº 269/2015/SE/CGU-PR	---	Ofício não solicitava resposta formal	Decreto 7.203/2010 - Vedação ao nepotismo
29/10/2015	OFÍCIO Nº 24795/2015/CGU- Paraná/CGU-PR	10/11/2015	207.2015 GAB.Reitoria	Encaminhamento do Relatório Preliminar de Auditoria Nº 201315406 - Obras em andamento
20/11/2015	OFÍCIO Nº 26839/2015/CGU-PR	---	---	Encaminhamento do Relatório Preliminar de Auditoria Nº 201505718 - PAINT 2016. O ofício 199.2015 encaminhou o PAINT preliminar em 03/11/2015. A resposta da CGU se deu em 20/11/2015.
27/11/2015	OFÍCIO CIRCULAR nº 304/2015/CGU- Regional/PR/CGU-PR	03/12/2015	227.2015 GAB.Reitoria	Indicação de servidores para o papel de cadastrador de usuários no Sistema Monitor



27/11/2015	OFÍCIO Nº 27530/2015/CGU- PARANÁ/CGU-PR	---	Ofício não solicitava resposta formal	Encaminhamento do Relatório Definitivo de Auditoria Nº 201315406 - Obras em andamento
16/12/2015	Ofício nº 28980/2015/CGU - Paraná/CGU-PR	11/01/2016	004.2016 GAB.Reitoria	Encaminhamento do Relatório preliminar nº 201503836 - EAD

#### 4.5. TRABALHOS PREVISTOS NO PAINT 2015

Abaixo resumimos os trabalhos previstos para o PAINT 2015. Os campos em verde foram os trabalhos realizados satisfatoriamente, em amarelo estão aqueles que precisam ser aprimorados (ou que foram parcialmente realizados), os campos em vermelho são aqueles que não foram realizados. A direita está avaliação da Auditoria Interna em relação aos trabalhos realizados.

Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Risco inerente ao objeto	Avaliação quanto a realização do trabalho
1. CONTROLES DA GESTÃO				
1.1 Atuação do TCU	TCU	Acompanhar o atendimento aos Acórdãos e Diligências, evitando a não implementação pelos setores responsáveis.	Determinações do TCU não serem atendidas.	A Auditoria Interna vem fazendo as devidas comunicações aos setores responsáveis pela implementação dos acórdãos. Porém entendemos que o



	GABINETE DO REITOR	Reuniões periódicas a fim de levantar as dificuldades para o cumprimento das demandas do TCU	Determinações do TCU não serem atendidas por falta de entendimento do setor responsável.	acompanhamento pode ser mais incisivo, conscientizando os agentes da sua importância nas normas ditadas pelo TCU
1.2 Atuação da CGU	CGU	Acompanhar o atendimento das solicitações na auditoria de acompanhamento e fazer a interligação com os setores/unidades internas	Atendimento incorreto, ou insuficiente, das solicitações de auditoria.	Em 2015, no nosso entendimento, tais solicitações foram acompanhadas satisfatoriamente.
1.3 Atuação do IFPR	IFPR	Acompanhar o atendimento das normas internas emitidas pelo IFPR.	Aplicação incorreta das normas internas do IFPR devido à má interpretação.	A auditoria interna, ao longo do ano, orientou formalmente e informalmente diversos setores a respeito dos normativos internos emitidos pelo IFPR
1.4 Atuação da AUDIN	AUDIN	Acompanhar e verificar o atendimento das solicitações de auditoria, orientações, recomendações e plano de providências evitando a fragilidade dos controles.	Falta de implementação de recomendações da AUDIN.	A Auditoria Interna teve um acompanhamento inconstante das suas recomendações. Tal constatação pode ser justificada pela constante mudanças na equipe.
	CGU	Elaboração do Relatório Anual das Atividades da Auditoria	Ausência de relato de alguma atividade executada pela AUDIN.	Atendido de forma satisfatória
	CGU	Elaboração do Plano	Falta de qualidade	Atendido de forma



	Anual de Atividade de Auditoria para o exercício 2016	na execução das atividades de auditoria.	satisfatória
AUDIN/CGU	Elaboração dos relatórios de auditoria (registro das constatações de auditoria, notas de auditoria, pareceres técnicos).	Falta de qualidade na execução das atividades de auditoria.	Atendido de forma satisfatória. A auditoria interna, no ano de 2015, reestruturou seu modelo de relatório. Antes o relatório era feito apenas com constatações e recomendações. Agora, do segundo semestre de 2015 em diante, os relatórios passaram a ter uma metodologia, onde se encontra, por exemplo, a legislação consultada, os controles testados, além das constatações e recomendações, obviamente.
AUDIN/CGU	Acompanhar o encaminhamento dado às denúncias / reclamações / questionamentos do público encaminhados à Ouvidoria ou ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.	Ausência de atendimento ao cidadão.	A Auditoria interna recebeu três denúncias ao longo do ano. Sendo que duas geraram relatórios e outra foram prestados esclarecimentos ao TCU. Está última seria alvo de relatório de auditoria, no entanto, como tratava-se a flexibilização da jornada de trabalho e esta foi suspensa, não haveria



				grande relevância e criticidade na conclusão dos trabalhos.
1.5 Formalização da Prestação de Contas	AUDIN	Acompanhar a elaboração e verificar o cumprimento das formalidades exigidas na prestação de contas, evitando incompatibilidade com a legislação.  Emitir parecer sobre o relatório de gestão e prestação de contas 2014	Incompatibilidade do relatório de gestão com as normas vigentes.	Relativo ao ano de 2014, a prestação de contas foi concluída e materialmente comprovada através do Relatório de Gestão
1.6 Objetivos Estratégicos	AUDIN	Avaliar controles de acompanhamento dos objetivos estratégicos	Descumprimento de metas	Auditoria Concluída
1.7 Diretoria da EAD	CGU	Acompanhar os processos administrativos e controles internos relativos à gestão de EAD	Controle interno ineficiente no sentido de coibir ilegalidades	Auditoria Concluída
<b>2 ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA</b>				
2.1 Análise Orçamentária/Execução	AUDIN	Verificar a execução da despesa de acordo	Utilização de recursos em ações	Análise Orçamentária/Execução



		com as normas vigentes de modo a evitar conflitos com a legislação	diversas do planejado.	foi concluída juntamente com a execução financeira.
2.2 Arrecadação Própria	AUDIN	Verificar a legalidade nos processos de arrecadação própria através da fonte 250 (Arrecadação Direta); fonte 280 (Rendimentos) e fonte 281 (Convênios)	30% da Receita Arrecadada	Embora não tenha sido feito trabalho específico na arrecadação própria. O relatório da EAD abordou o tema brevemente. Entendemos que comparados às outras arrecadações próprias (cantinas e concursos, por exemplo) o controle da arrecadação própria da EAD era o mais precário (crítico)
<b>3 GESTÃO FINANCEIRA</b>				
3.1 Execução financeira	AUDIN	Verificar a execução da despesa de acordo com as normas vigentes de modo a evitar conflitos com a legislação	Repasse indevido de recursos.	Análise orçamentária/execução foi concluída juntamente com a execução financeira.
3.2 Bolsas de pesquisa e extensão	AUDIN	Verificar o pagamento das bolsas de pesquisa e extensão pagas aos servidores e alunos	Pagamentos indevidos de bolsas.	Auditoria Concluída
3.3 Concessão de Diárias e Passagens	AUDIN	Verificar o pagamento de diárias e passagens	Pagamento indevido de diárias e passagens.	Auditoria Concluída
3.4 Suprimentos de	AUDIN	Verificar os	Pagamentos/compras	Auditoria Concluída



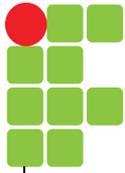
		pagamentos do cartão de pagamento.	indevidas via CPGF.	
<b>4 GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS</b>				
4.1 Processos Licitatórios	TCU / CGU / AUDIN	Verificar a legalidade e formalidades do certame, identificando a existência de impropriedades nos processos licitatórios, com ênfase nos processos de dispensa e inexigibilidade executados diretamente pelos Câmpus. Verificar os orçamentos prévios que justificaram os preços das aquisições.	Processos licitatórios executados em desconformidade com a legislação.	Auditoria não foi concluída no ano de 2015. Foi colocada para conclusão no PAINT 2016
4.2 Contratos	CGU / AUDIN	Verificar a legalidade, execução e acompanhamento dos contratos, identificando descumprimentos aos seus termos e a legislação.	Contratação de terceiros em desacordo com as legislação vigente.	Auditoria Concluída
4.3 Convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos	CGU / AUDIN	a) A consistência das informações prestadas pela UJ no relatório de gestão sobre este tema;	Celebração de convênios onerosos em desacordo com a legislação vigente.	Auditoria não foi concluída no ano de 2015. Foi colocada para conclusão no PAINT 2016



		<p>b) O volume de recursos transferidos pela UJ comparado à quantidade de termos vigentes no exercício de referência;</p>	
		<p>c) A situação da prestação de contas pelos agentes recebedores dos recursos;</p>	
		<p>d) A situação do tratamento às contas prestadas ao órgão ou unidade concedente, repassador dos recursos;</p>	



		<p>e) A observância pela UJ das exigências previstas nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;</p>		
		<p>f) A estrutura de controles da UJ concedente/contratante para: - garantir o alcance dos objetivos definidos nos respectivos instrumentos; - para analisar a prestação de contas; - para realizar as fiscalizações da execução do objeto da avença, inclusive por intermédio de verificações físicas e presenciais;</p>		



		<p>g) A conformidade do chamamento público com o disposto no parágrafo único do art. 4º e art. 5º do Decreto nº 6.170/2007, caso a unidade jurisdicionada tenha se utilizado da prerrogativa de que trata o caput do art. 4º do Decreto nº 6.170/2007;</p>		
--	--	--	--	--



		A qualidade e a completude das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres inseridas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV		
--	--	--	--	--

5 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.1 Controle de Frequência	AUDIN	Verificar a regularidade da frequência dos TAEs	Descumprimentoda jornada de trabalho	Auditoria não foi concluída no ano de 2015. Foi colocada para conclusão no PAINT 2016
5.2 Controle da Carga Horária Alocada para Pesquisa e Extensão dos Docentes	AUDIN	Verificar a regularidade da carga horária destinada a pesquisa e extensão de docentes	Descumprimento da carga horária mínima	
5.3 Implantação da Flexibilização 30 horas	AUDIN	Verificar a regularidade do procedimento de implantação da	Ilegalidades na concessão da jornada de trabalho flexibilizada	





		jornada de trabalho flexibilizada		
5.4 Avaliação do Dimensionamento da Força de Trabalho	AUDIN	Verificar a adequação da força de trabalho	Apurar eventuais excessos ou falta de força de trabalho	
5.5 Folha de Pagamento	CGU / AUDIN	Verificar a regularidade da Folha de Pagamento, com ênfase em auxílio moradia, auxílio transporte e adicional noturno	Pagamento indevido ou em desacordo com a legislação.	
<b>6 GESTÃO PATRIMONIAL</b>				
6.1 Garantia de Obras e Manutenção Infraestrutura	AUDIN	Verificar a consistência dos controles de garantias dos imóveis	Prejuízos ao erário público pela inobservância de garantias e inexistência de ações preventivas	Auditoria não foi concluída no ano de 2015. Foi colocada para conclusão no PAINT 2016
6.2 Bens Móveis	AUDIN	Verificar a existência e a conformidade dos registros patrimoniais, verificar a guarda e manutenção desses bens e o seu desfazimento.	Registros inexistentes ou inconsistentes, danos e extravio de bens públicos.	Não concluída. Previsão de conclusão no início do primeiro semestre de 2016. Não foi incluída no PAINT de 2016
6.3 Obras em Andamento	CGU / AUDIN	Verificar os aspectos legais/formais relativos aos contratos de obras em andamento.	Ocorrência de atrasos na conclusão das obras, atuação ineficiente da fiscalização, ilegalidades em termos aditivos	Auditoria não foi concluída no ano de 2015. Foi colocada para conclusão no PAINT 2016
<b>7 GESTÃO OPERACIONAL</b>				
7.1 Auditoria nos Câmpus	IFPR	Verificar se as metas previstas foram	Falhas em controles internos.	No PAINT 2015 foi definido auditarmos os



		cumpridas, instalações físicas, verificação dos controles internos, verificação da carga horária docente.		seguintes campus: Assis Chateaubriand, Cascavel, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Paranaguá, Paranavaí e Telêmaco Borda. Efetivamente foram auditados Cascavel, Paranavaí e Paranaguá.
<b>8 ATIVIDADE FIM</b>				
8.1 Criação de Cursos	AUDIN	Verificar os procedimentos necessários para criação de cursos no IFPR	Abertura de cursos sem o devido planejamento	Auditoria Concluída
8.2 PRONATEC	AUDIN	Verificar o cumprimento de metas	Descumprimento de metas	Embora não se tenha feito algo sistemático relativo ao PRONATEC, foi apurada denúncia e gerado relatório
<b>9. Reserva Técnica</b>				
9.1. Assessoramentos e Orientações	GABINETE DO REITOR / UNIDADES GESTORAS	Assessoramento a administração com emissão de orientações, pareceres, minutas de normas/portarias, bem como palestras informativas para todos os servidores da unidade demandada.	Falhas na execução dos objetivos da instituição em decorrência de falta de orientação.	AUDIN fez vários despachos, principalmente relativos à bolsas EAD e dispensa de licitações. Sempre que convidada, ou quando julgava necessário, a Auditoria Interna esteve presente nas decisões pertinentes à melhoria da gestão

<p>9.2 Elaboração de Programas de Trabalho e de Norma Regulamentadora de Atividades de Auditoria Interna</p>	<p>AUDIN</p>	<p>Elaborar programas de trabalho e minuta de norma regulamentadora de atividades de auditoria interna</p>	<p>Falhas na execução dos trabalhos</p>	<p>O Regimento Interno Geral do IFPR trata da Auditoria Interna, no entanto, precisamos de normativos mais incisivos que regulamente e oriente as ações do setor, independente de gestão. Não possuímos isso ainda. No ano de 2015 melhoramos a metodologia dos trabalhos e nos preparamos para começar a utilizar o módulo auditoria no SIPAC em 2015. Os primeiros dados foram dados, mas melhorias constantes dependerão também do setor de TI</p>
--	--------------	--	---	---

#### 4.6. TRABALHOS CONCLUÍDOS

Abaixo listaremos os trabalhos de auditoria realizados pela auditoria no ano de 2015 e faremos algumas considerações sobre tais trabalhos.

##### 4.6.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A auditoria sobre os objetivos estratégicos abordou os indicadores de desempenho, o documento institucional que trata do planejamento estratégico - o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018) – e o alinhamento entre as

diretrizes do PDI entre os diversos setores de forma a criar diretrizes e posteriormente criar indicadores.

No decorrer da auditoria, percebemos que os indicadores utilizados são poucos e que os objetivos estratégicos traçados poderiam ser melhor alinhados entre os setores. Foram feitas recomendações para a gestão, mais com caráter sugestivo do que propriamente “impositivo”. Entendemos assim, porque a elaboração de um novo planejamento envolve tempo, debates e acima de tudo estabilidade para que seja concretizado (sobretudo estabilidade é um atributo que não temos conseguido devido a trocas constantes de Reitores).

A Comissão Permanente de Indicadores – Portaria nº 1305, de 01 de junho de 2015 - foi criada com intuito de fortalecer o uso de ferramentas que monitorem onde a gestão tem que atuar de forma mais técnica e objetiva possível. Dito isto, entendemos há esforço da gestão em aprimorar e criar novas ferramentas administrativas mais eficientes. Como dito, entendemos não ser passível de acompanhamento tal relatório, no entanto, desejamos inserir tal tema no PAINT de 2017, devido a importância que rodeia o tema.

#### **4.6.2. DIREÇÃO DA EAD**

A EAD do IFPR apresenta fragilidades em seus controles internos, diante disto foi incluída no PAINT 2015. Nesta Auditoria buscamos verificar vários setores da EAD, dentre eles: almoxarifado, patrimônio, bolsas e arrecadação própria.

No fim das contas o almoxarifado não se mostrou tão relevante, mas patrimônio, bolsas e arrecadação própria não tinham controles adequados compatíveis com a atividade e com se espera de um agente público.

A gestão tem se mostrado disposta a melhorar os controles e as recomendações da AUDIN vieram ao encontro disto. A EAD está inclusa novamente no PAINT de 2016 e as recomendações feitas referentes ao PAINT 2015 serão acompanhadas.

### **4.6.3. EXECUÇÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA**

O Relatório de Auditoria nº 14/2015 representa os trabalhos de auditoria sobre a Execução orçamentária e financeira do IFPR no exercício de 2015. Em que pese o mesmo assunto ter sido objeto de auditoria em 2014, os tema foi novamente abordado em decorrência da introdução da desconcentração orçamentária e financeira a partir da segunda metade de 2014, situação que não foi tratada no trabalho de 2014.

O novo trabalho permitiu constatar que a ocorrência de algumas falhas recorrentes em 2014 foram sanadas, tais como a ausência de consulta de fornecedores ao SICAF e também a falta de documentos aos processos digitais de pagamento. Por outro lado, restou demonstrado que a normatização interna sobre execução orçamentária e financeira necessita de atualizações, tendo em vista a nova sistemática.

Foram identificadas algumas fragilidades relativas à segregação de funções, fato que tem relação com a estrutura administrativa menor dos Campus em relação à unidade central do IFPR. O trabalho executado em 2015 adentrou em temas não abordados anteriormente, tais como a inscrição dos restos a pagar e reconhecimento de dívidas, temas que também apresentaram fragilidades.

### **4.6.4. BOLSAS DE PESQUISA E EXTENSÃO**

Este trabalho teve como objeto os programas de bolsas de extensão, inovação e monitoria do IFPR. Quanto aos dois primeiros programas, as bolsas são concedidas mensalmente a estudantes para participação em projetos. Adicionalmente, cada projeto recebe um recurso mediante repasse de um único valor anual ao seu coordenador, recurso este que se destinará a aquisições para aplicação no projeto e será objeto de prestação de contas ao final de sua execução. Já o programa de bolsas monitoria, consiste em repasse mensal de recursos a alunos, os quais deverão exercer atividades de monitoria em determinado componente curricular.

Inicialmente foi constatado que os normativos internos necessitam ser ampliados e atualizados. Outro ponto que foi matéria recorrente de constatação se refere às prestações de contas dos recursos destinados à aplicação nos projetos. Constatou-se que, em muitos casos, continham documentos sem valor fiscal e, nos processos analisados, não foram submetidas a uma análise visando sua aprovação. O controle da carga horária dos alunos destinada ao programa de bolsas também se mostrou frágil.

Cumprе salientar que, para execução dos procedimentos de auditoria, foram necessárias consultas aos sistemas de controle acadêmico, principalmente o SIGAA, neste aspecto foram detectadas algumas inconformidades que foram apontadas no relatório.

#### **4.6.5. CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS**

O trabalho de auditoria tem como propósito verificar o efetivo cumprimento do objeto de diárias e passagens. Durante a auditoria foram analisadas as seguintes situações: verificar se as solicitações e autorizações de Diárias e Passagens estão sendo feitas em conformidade com as legislações; verificar se o objeto da diária e da passagem corresponde ao permitido; verificar se os períodos (solicitação da diária/passagem, empenho, ordem bancária e prestação de contas) do processo estão em conformidade; verificar se os valores foram calculados, empenhados e pagos em de acordo com o previsto; verificar se as prestações de contas estão em consonância com a lei; conferir se nos casos de cancelamento da viagem ou retorno à sede antes do previsto foi devolvido o valor da diária (GRU).

Os trabalhos foram executados analisando *os Campi* e Reitoria. Observou-se durante os trabalhos impropriedades no que se refere ao preenchimento de formulários, relatório de prestação de contas. Além disso, verificou-se que os prazos quanto à solicitação de diárias e passagens e prestação de contas não estavam sendo atendidos e os documentos de comprovação dos eventos não estavam sendo anexados aos processos de prestação de contas.



As recomendações feitas apontaram as situações a serem corrigidas e também atuou no sentido de orientar os procedimentos para que a instituição possa buscar maior eficiência na utilização dos recursos.

#### **4.6.6. CONTRATOS**

A administração celebra contratos no intuito de atender as suas finalidades. A parcela destinada ao pagamento de contratos gera impacto significativo no orçamento da instituição.

Foram analisados os processos relativos à contratação de mão de obra terceirizada de higiene e limpeza e manutenção. Verificamos ainda os contratos referentes às demandas por serviços eventuais, fornecimento e locação.

Foram encontradas situações com firmamento do contrato fora do período de vigência da ata, aditamentos em desacordo com a legislação, contratos com enquadramento inadequado, não recolhimento de tributos, falhas nos procedimentos de fiscalização, ausência de documentos necessários para a instrução dos processos, falhas nos controles.

Verificou-se que a atividade de execução dos contratos celebrados no âmbito do IFPR possui várias fragilidades. Os procedimentos para o acompanhamento da execução dos contratos requerem melhorias, os mecanismos de controle precisam ser aprimorados.

#### **4.6.7. SUPRIMENTO DE FUNDOS**

O Suprimento de Fundos feitos via CPGF (Cartão de Pagamento do Governo Federal) tem baixa materialidade, baixa relevância e média e criticidade. No entanto, consta na IIP 05/2011 da PROAD:

Art. 22 – Após a prestação de Contas o processo deverá retornar à Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças – DCOF, que realizará os controles necessários e remeterá para apreciação da Auditoria Interna – AUDIN e emissão do parecer sobre a regularidade da aplicação e prestação de contas

do suprimento de fundos. (Alterado).

Parágrafo Único: Após parecer da Auditoria Interna o processo deverá ser encaminhado para Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças da PROAD para a devida contabilização.

Baseado no texto, entendemos a auditoria interna tem que analisar todos os suprimentos de fundos utilizados no IFPR. No ano de 2015, apenas dois campus utilizaram o CPGF: Assis Chateaubriand e Curitiba. Para o Campus Assis Chateaubriand foi elaborado um despacho no processo, no caso do Campus Curitiba foi elaborado relatório. A razão da diferença de tratamento deve-se ao volume de informações (e aquisições) bastante discrepantes nos dois campi, no entanto, a previsão para 2016 é elaborar um único relatório com todos os suprimentos de fundos.

#### **4.7. TRABALHOS EM ANDAMENTO<sup>10</sup>**

Dentre os trabalhos previstos para 2015, o único que não foi completado e não foi inserido no PAINT 2016 e deverá ser concluído no primeiro semestre deste ano é a auditoria nos bens móveis.

##### **4.7.1. BENS MÓVEIS**

No final de novembro iniciou-se a auditoria em bens móveis, que tem como objetivo verificar a existência e a conformidade dos registros patrimoniais, e também verificar a guarda e manutenção desses bens e o seu desfazimento. A análise iniciou com o comparativo dos empenhos efetuados em contraposição aos valores das notas fiscais em cada campus. Num segundo momento enviamos solicitações aos campi para que apresentassem informações sobre seus bens móveis, cujas respostas foram entregues nas primeiras semanas de janeiro. Atualmente estamos realizando a análise das informações, juntamente com a elaboração do relatório.

---

<sup>10</sup> Trabalho em andamento em 29/01/2016 referente ao PAINT 2015

#### **4.8. TRABALHOS PENDENTES DE CONCLUSÃO**

Em 2015 não conseguimos concluir alguns trabalhos que estavam previstos no PAINT 2015. Todos eles, embora abordassem mais a área meio do que a finalidade da instituição (ensino, pesquisa e extensão), entendemos como fundamentais para a otimização da utilização do erário e para a boa administração da instituição como um todo, refletindo inclusive nas atividades fins. A seguir elencaremos os trabalhos que não foram concluídos e destacamos que todos eles foram reinseridos no PAINT de 2016: 1) Processo licitatórios 2) Convênios, contratos de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres 3) Gestão patrimonial (garantias de obras e manutenção e infraestrutura e obras em andamento e 4) Gestão de Recursos Humanos (controle frequência, carga horária alocada em pesquisa e extensão, avaliação do dimensionamento da folha de trabalho, entre outros).

## 5. FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA

Neste item convém esclarecer os vários motivos que impactaram no cumprimento parcial do PAINT 2015. Primeiramente, podemos elencar as mudanças feitas na equipe de auditoria, como sendo as mais significativas. Marcos Bolzon foi o chefe de Auditoria interna até meados de março, quando solicitou afastamento do cargo de confiança. Num breve período a auditoria interna ficou sem chefia, quando em abril assumiu Carlos Eduardo Fonini Zanatta, que chefiou os trabalhos até setembro, quando foi exonerado para assumir a diretoria de expediente (Gabinete do Reitor). Nos períodos nos quais a auditoria interna ficou/está sem chefia, Roberto Batista, coordenador adjunto de auditoria interna assumiu a coordenação dos trabalhos.

Convém dizer que tomaram posse dois novos auditores (Kétura Silva Paiva e Marcelo José da Silveira), que precisavam de treinamento e do auxílio dos demais para que pudessem desempenhar seus trabalhos. Destes novos auditores, um (Marcelo) pediu exoneração logo em seguida, para assumir cargo em outro órgão público.

Além as mudanças elencadas, Adriana Breziniski Paiva e Caio Humberto Marena, que faziam parte da equipe de auditoria, foram exercer suas funções (a partir de setembro) na Diretoria de Expediente. Estes profissionais, embora estivessem em exercício na auditoria interna, são lotados na Pró-reitoria de Planejamento.

Segue gráfico<sup>11</sup> com as mudanças ocorridas na auditoria interna do IFPR:

---

<sup>11</sup> Como podemos observar as linhas em colorido preenchidas ao longo dos meses demonstram o período no qual os servidores estavam atuando na auditoria interna. Como exemplo, Marcos Bolzon atuou de janeiro até meados de março, por isso a linha correspondente ao seu nome foi colorida em amarelo no correspondente período. Os trechos das linhas que permanecem em branco demonstram o tempo em que o servidor **não atuou** na audin.

Equipe de Auditoria <sup>12</sup>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Marcos Bolzon <sup>13</sup>	Yellow											
Eduardo Zanatta <sup>14</sup>				Blue								
Roberto Batista	Red											
Rodrigo de Costa	Orange											
Ketura Paiva <sup>15</sup>		Grey	Olive									
Caio Marena	Green											
Marcelo Silveira <sup>16</sup>		Grey	Pink									
Adriana Paiva	Purple											

Cumprir dizer que temos três auditores que não estão em exercício na auditoria interna, sendo eles: Luana Cristina Medeiros de Lara (está no IFSC, através de termo de cooperação), Valdinei Henrique Costa (Pró-Reitor de Gestão de Pessoas) e Marcos Felipe Bolzon (em exercício na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas).

Houve algumas mudanças na instituição que atrapalharam a fluidez dos trabalhos de auditoria interna. Destas mudanças podemos destacar a flexibilização

<sup>12</sup> A equipe de auditoria contou com os seguintes profissionais ao longo do ano: Marcos Bolzon (auditor/chefe de auditoria interna), Carlos Eduardo Fonini Zanatta (administrador/chefe de auditoria interna), Roberto Batista (auditor/coordenador adjunto de auditoria interna), Rodrigo de Costa (auditor), Ketura Silva Paiva (auditor), Marcelo José da Silveira (auditor), Caio Humberto Marena (contador) e Adriana Breziniski Paiva (assistente em administração).

<sup>13</sup> Marcos Bolzon: exonerado do cargo de chefe de auditoria interna pela Portaria nº 1022/2015 em 23/03/2015.

<sup>14</sup> Carlos Eduardo Fonini Zanatta: nomeado como chefe de auditoria interna pela Portaria nº 1157 em 17/04/2015. Exonerado pela Portaria nº 1730/2015 em 11/09/2015.

<sup>15</sup> Ketura Silva Paiva: Nomeada como auditor pela Portaria nº 545 em 23/01/2015. Início do exercício: 23/02/2015

<sup>16</sup> Marcelo José da Silveira: Nomeado como auditor (a) pela Portaria nº 546 em 23/01/2015. Exonerado (a pedido) pela Portaria nº 1443/2015 em 23/03/2015.

na jornada de trabalho e a mudança de reitor.

O IFPR tem sofrido a alguns anos com a oscilação no cargo de reitor, 2015 não foi diferente. Após eleito em maio, Ezequiel Westphal permaneceu com Reitor Substituto no cumprimento do mandato do Reitor afastado Prof. Irineu Mario Colombo até 13/06/15, não tendo tomado posse até o presente como Reitor Eleito do IFPR. Com o término do mandato do Reitor afastado, em junho, após demanda judicial, assumiu o cargo o Prof. Elio de Almeida Cordeiro, na condição de Reitor Pró-Tempore, por determinação do Ministério da Educação, até que a justiça federal determine sentença sobre a regularidade das eleições para reitor no IFPR e ascensão ao cargo do novo reitor eleito.

Em relação a flexibilização da jornada de trabalho, cumpre dizer que foi flexibilizada a jornada no período de outubro de 2014 até setembro de 2015<sup>17</sup> para os servidores do IFPR. Além das horas a menos que contamos para realização dos trabalhos, houve questionamentos sobre o assunto que demandaram tempo da equipe de auditoria interna.

---

<sup>17</sup> Portaria da flexibilização: Portaria nº 1434 de 17 de outubro de 2014. Portaria que revoga a Portaria da flexibilização: Portaria nº 1703 de 04 de setembro de 2015.

## 6. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Ao longo do ano a equipe de auditoria interna passou por várias capacitações, sendo a maioria visando o aprimoramento dos auditores para a rotina de trabalhos a serem desenvolvidos. Segue abaixo as capacitações realizadas em 2015 e os servidores capacitados:

SERVIDOR	CURSO	INSTITUIÇÃO	CARGA HORÁRIA (HORAS)
Ketura Silva Paiva	Fiscalização de contratos	CGU	8
	Fundamentos da Lei 8.112/90	ESAF	60
	FONAITEC	FONAI	30
	Redação oficial	ESAF	80
	Gestão e fiscalização de contratos administrativos - nível intermediário	ENAP	40
Rodrigo de Costa	XII Semana de administração orçamentária, financeira e de administração pública	ESAF	40
	Ouvidoria na administração pública	CGU/ILB	20
	Siconv para convenentes 1 - Visão geral	ENAP	20
	A previdência social dos servidores públicos	ENAP	30
	Orçamento público: conceitos básicos	ENAP	30
	Elaboração de indicadores de desempenho institucional	ESAF	30
Roberto Batista	Contratação de soluções de tecnologia da informação (IN04/2014)	ESAF	20
	Fiscalização de Contratos	CGU	8



	Retenção de tributos na contratação de serviços	ESAF	20
	Fraudes em licitações, contratos de serviços e obras públicas	ESAF	60
	Gestão estratégica com foco na administração pública	ILB	40
	Gestão de Controle Interno <sup>18</sup>	PORTAL EDUCAÇÃO	40
	Pedagogia empresarial <sup>19</sup>	PORTAL EDUCAÇÃO	40
Marcelo José da Silveira	FONAITEC	FONAI	30
<b>TOTAL</b>	---	---	<b>646</b>

<sup>18</sup> Curso custeado pelo servidor

<sup>19</sup> Curso custeado pelo servidor

## 7. CONCLUSÃO

Em relação ao ano de 2015 podemos afirmar que foi um ano relativamente bom para a Auditoria interna no IFPR, com muitas mudanças que afetaram negativamente o funcionamento do setor, mas em compensação as mesmas mudanças e pessoas que passaram por aqui trouxeram ideias novas para serem implementadas. É inegável que o setor necessita de estabilidade para funcionar: as mudanças de chefia e de pessoal fizeram com que fossem necessárias várias reuniões para definição de procedimentos, que muitas vezes não se solidificavam e eram novamente alterados.

De forma geral, os procedimentos testados amadureceram a equipe de auditoria e o que o setor precisa para crescer é estabilidade. Esta trará maturidade aos procedimentos, aos relatórios e fará com que tenhamos condições de definir normativos internos que definam atuação da auditoria interna dentro da instituição. Outro ponto fundamental diz respeito ao SIPAC. Este software utilizado pelo IFPR possui o módulo de auditoria e controle interno, neste é possível a elaboração de acompanhamento de todas as recomendações feitas pela AUDIN. Temos a perspectiva de utilizar parcialmente o software em 2016 e colocá-lo plenamente em funcionamento em 2017 (Prazo estimado, que vai ser efetivamente confirmado conforme evoluírem os trabalhos da Diretoria de Tecnologia de Informação). Assim, teremos acompanhamento mais incisivo com relação as nossas recomendações.

Em relação ao PAINT 2015, como descrito ao longo deste relatório, houve o cumprimento parcial do planejamento. Dadas as constantes modificações no quadro de pessoal, chefia do setor, reitor e ainda as demandas excepcionais (tal como bolsas EAD) na qual a auditoria teve que atuar, entendemos como satisfatório o trabalho realizado no ano de 2015. Prevemos que o ano de 2016 será promissor no que refere ao cumprimento do PAINT e a melhoria dos trabalhos executados.

## 8. ANEXOS

Todos os anexos deste relatório seguirão por meio digital (CD) por motivo de economicidade, pois o número de páginas a serem impressas na justificariam o custo benefício. Esclarecemos que os anexos enviados serão divididos em duas pastas: 1) Relatórios e 2) Relatórios e Papéis de Trabalho<sup>20</sup>. Em essência as duas pastas contém o mesmo conteúdo, com diferenciação que a pasta número dois além dos relatórios há os papéis de trabalho utilizados para realização dos trabalhos.

---

<sup>20</sup> Todos os papéis de trabalho utilizados pela AUDIN constam nesta pasta. Há exceções onde algumas subpastas não foram copiadas devido o tamanho do caminho do arquivo ultrapasse a 255 caracteres – limite do Windows - no entanto, entendemos que isto não interfere na essência dos trabalhos de auditoria realizados no período de 2015.

## 9. ENCAMINHAMENTOS

Concluído o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT – citamos a IN nº 24/2015 – CGU:

Art. 16. O RAINT será disponibilizado aos respectivos órgãos de controle interno até o último dia útil de fevereiro de cada ano, pós a apreciação pelo Conselho de Administração ou instância de atribuição equivalente ou, em sua falta, pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

Encaminhamos o documento para apreciação do Conselho Superior do IFPR, ou na impossibilidade, para apreciação do Magnífico Reitor.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2016.

**Roberto Batista**

Coordenador Adjunto de Auditoria Interna